

Passagens entre a escrita e a biografia em Michel Foucault e Walter Benjamin: contribuições éticas e metodológicas

Passages between the writing and the biography in Michel Foucault and Walter Benjamin: ethical and methodological contributions

Pasajes entre la escritura y la biografía en Michel Foucault y Walter Benjamin: contribuciones éticas y metodológicas

Marcelo Santana Ferreira*

Resumo: O presente artigo aborda a relação entre escrita e biografia, partindo da importância da problematização metodológica de escritas em primeira pessoa e autobiográficas. Parte-se de entrevista de Michel Foucault, dada, em 1968, a Claude Bonnefoy sobre a definição da escrita no itinerário do pensador e de textos de Walter Benjamin que tematizam a relação entre o “eu”, a memória e o passado. Com a interpretação do legado dos pensadores, busca-se defender que a relação entre escrita e biografia é transversal, o que garante a definição de metodologias de pesquisa assentadas em primeira pessoa como laboratórios que dialogam com procedimentos teóricos, práticas de linguagem e políticas de enunciação. O artigo estrutura-se como a defesa do caráter circunstancial e ficcional do “eu” que se assume em escritas acadêmicas, que também se deparam com experimentações literárias em torno do lugar do “eu” em uma textualidade.

Palavras-chave: Escrita. Michel Foucault. Walter Benjamin.

Abstract: This paper deals with the relationship between writing and biography, based on the importance of the methodological problematization of first person and autobiographical writings. It starts with Michel Foucault’s interview given in 1968 to Claude Bonnefoy, on the definition of writing in the itinerary of the thinker and texts of Walter Benjamin that thematize the relation between the ‘I’, the memory and the past. With the interpretation of the legacy of the thinkers, it is sought to defend that the relationship between writing and biography is transversal, which guarantees the definition of research methodologies based on first person as laboratories that dialogue with theoretical procedures, language practices and enunciation policies. This paper is structured as a defense of the circumstantial and fictional character of the ‘I’ that is assumed in academic writings, which also encounter literary experiments around the place of ‘I’ in textuality.

Keywords: Writing. Michel Foucault. Walter Benjamin.

Resumen: El presente artículo aborda la relación entre escritura y biografía, partiendo de la importancia de la problematización metodológica de escrituras en primera persona y autobiográficas. Se parte de una entrevista de Michel Foucault dada, en 1968, a Claude Bonnefoy sobre la definición de la escritura en el

* Professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: <mars.ferreira@yahoo.com.br>

itinerario del pensador y de textos de Walter Benjamin que tematizan la relación entre el “yo”, la memoria y el pasado. Con la interpretación del legado de los pensadores, se busca defender que la relación entre escritura y biografía es transversal, lo que garantiza la definición de metodologías de investigación asentadas en primera persona como laboratorios que dialogan con procedimientos teóricos, prácticas de lenguaje y políticas de enunciación. El artículo se estructura como la defensa del carácter circunstancial y ficcional del “yo” que se asume en escrituras académicas, que también se deparan con experimentos literarios en torno al lugar del “yo” en una textualidad.

Palabras clave: Escritura. Michel Foucault. Walter Benjamin.

Introdução

O lugar enunciativo de textos em pesquisas em ciências humanas, fundamentalmente no campo educacional, não está imune às experimentações estéticas e teóricas em curso nas sociedades contemporâneas. É possível encontrar referências importantes de exercícios teóricos e metodológicos – por exemplo, em curso na perspectiva adotada por Cornejo (2011), a respeito de seu processo de subjetivação em relação a práticas de pedagogização de meninos considerados afeminados dentro e fora de estabelecimentos escolares no Peru. Nesse processo, o pronome “eu” assume grande valor argumentativo, como se tivesse havido, no século XX e início do século XXI, uma passagem ética incontornável de textos neutros para textualidades heterogêneas, em que a pergunta sobre o estatuto do lugar enunciativo que se forja nas investigações assume a dianteira, mesmo que não tenha sido explicitada como uma pergunta. A escrita não se define, nesse campo problemático, apenas como aquilo que comunica caminhos percorridos e processos vividos alhures, mas também como materialidade que possui espessura. O propósito do presente artigo é defender, a partir de momentos da obra de Michel Foucault e Walter Benjamin, na relação transversal entre escrita e biografia, a importância dos procedimentos utilizados nos textos para a afirmação de modalidades de entoação. “Considerarei” a escrita como uma tecnologia que dialoga com vetores políticos e históricos, dando a ver processualidades institucionais e teóricas que são muito importantes para que continuemos a defender a especificidade de investigações em ciências humanas. A importância da argumentação nutre-se de reflexão metodológica sobre escritas em primeira pessoa e autobiográficas, principalmente a partir de inquietações oriundas de estudos sobre regulações de gênero e de sexualidade.

Uma entrevista de Michel Foucault sobre a escrita

Em 1968, Michel Foucault concede uma entrevista a Claude Bonnefoy, em que se alcança fragmentos do que se situaria no avesso da tapeçaria articulada como obra do pensador, até aquele momento histórico. O ano de 1968 foi um marcador importante em torno da tomada de palavra de movimentos coletivos em diferentes partes do mundo e, entre o verão e o outono do ano, o pensador é interpelado sobre a sua relação com a escrita, encaminhando-se para o reconhecimento do “belo perigo” que a escrita apresenta àqueles que se dedicam às suas exigências. Até o momento da entrevista, Foucault já havia publicado livros importantes, como *História da loucura* e *As palavras e as coisas*. Como se configura, para o pensador, a atividade de escrever? Inicialmente, o pensador retoma a importância de Mallarmé na definição da escrita como uma espécie de monumento de linguagem, que simplesmente está ali, em uma ontologia não transitiva, remetida a si própria. No entanto, não havia sido essa a perspectiva adotada pelo próprio pensador em relação à escrita, ao dedicar-se aos estudos e às reflexões que desembocaram nos livros citados.

Sempre tentei, quando falava de um autor, não levar em conta seus fatores biográficos, nem o contexto social e cultural, nem o campo de conhecimento em que ele pôde nascer e se formar. Sempre tentei como que abstrair aquilo que normalmente se chamaria sua psicologia para fazê-lo funcionar como um puro sujeito falante. (FOUCAULT, 2016, p. 36-37).

O próprio entendimento sobre a linguagem e sobre as possibilidades abertas pelas regulações discursivas encaminhava a produção de uma argumentação que questionava a anterioridade psicológica ou moral de um autor. No entanto, será sob o signo da retratação que o pensador forjará sobre fragmentos de sua biografia um olhar renovado, passando a considerar aspectos de sua infância em uma família de médicos do início do século XX, ainda marcada pelas racionalidades médicas e científicas do século XIX. Escrever bem era escrever de forma legível (FOUCAULT, 2016, p. 37). Apenas aos 30 anos de idade, o pensador começa a sentir vontade de escrever e retoma a validade da viagem e da condição de estrangeiro para considerar a língua como uma morada evocada, quando estava na Suécia e se confrontou a dificuldade de utilização do inglês e do sueco, chegando à conclusão de que, na impossibilidade de utilizar a própria língua, a percebeu possuindo uma espessura e uma consistência (FOUCAULT, 2016, p. 38). Nesse momento da entrevista, o pensador apresenta duas imagens que podem assumir grande importância na argumentação que ora procuramos produzir: “No final, a única pátria real, o único chão sobre o qual se pode andar, a única casa onde podemos nos deter e nos abrigar é a língua, aquela que aprendemos desde a infância” (FOUCAULT, 2016, p. 39).

A infância ainda aparecerá na entrevista de muitos modos, em uma espécie de retroversão ficcional, que não cabe na recuperação de um momento da vida como de fato se deu, mas como imagem que concerne ao exercício que se estabelece no presente da entrevista, já que não se explica o que se estuda por intermédio da defesa de uma causalidade do passado, mas se reconhece a proveniência de um prazer e de uma atitude em torno da atividade de escrever. Falar de si na primeira pessoa não se esgota na busca de uma referencialidade psicológica. Na mesma entrevista, o pensador ainda persistirá na defesa de que se escreve para não se ter um rosto. Gradativamente, aproximamo-nos daquilo que, na escrita, estabelece uma relação com a possibilidade de falar, de acordo com a compreensão do pensador: “Entre prazer de escrever e possibilidade de falar, existe certa relação de incompatibilidade. Ali onde não é mais possível falar, descobre-se o encanto secreto, difícil, um pouco perigoso de escrever” (FOUCAULT, 2016, p. 39).

O modo de escrever, posteriormente considerado como suave e aveludado, relaciona-se com o confronto entre prazer de escrever e possibilidade de falar. A atividade de escrever encaminha-se, no encontro entre os dois homens, à constatação de que não se sabe aonde se chegará quando se começa a escrever e não se parte de uma ideia que já esteja, estabilizada e reconfortante, a espera de uma folha em branco. Escrever possui um estatuto ficcional, dar a entrevista e responder às perguntas de Bonnefoy são ficcionalizações, ou, ainda, possibilidades de estabelecer relações, por intermédio do discurso, entre quem fala e aquilo de que fala, como recupera Castro (2009) ao se dedicar ao escrutínio do sentido de ficção na produção de Foucault.

Entre a vida e o texto podem se passar dias, semanas, meses, anos, as investigações do pensador não obedeciam à uma cronologia imposta de fora à própria atividade de escrever e de falar em público, exercer publicamente a tomada de palavra. Na entrevista em análise, por exemplo, o pensador encerra suas contribuições, lembrando a passagem de tempo entre uma viagem a Madri em que viu *Las meninas* de Velásquez e a articulação de sua tese em *As palavras e as coisas*. Há uma exigência da escrita que institui sobre as coisas vistas e vividas uma distância, viabilizando que se produza uma inquietude sobre aquilo que parecia, até então, ser invisível. Assim, dá-se a própria consideração sobre fragmentos de infância, atmosfera da casa em que

adultos também se propunham a definir a atividade do médico como aquela remetida a escutar, para além do próprio paciente e do seu corpo. Não se reencontra a si mesmo a partir da escrita. Estabelecem-se relações com aquilo que sobrevém.

Foucault (2016) sugere que havia aprendido, há bastante tempo, uma modalidade de relação articulada pela medicina com o corpo e a doença, além da desconfiança em torno da definição do estatuto da loucura, uma doença que não se devia levar muito a sério. Apresenta importantes imagens do que entende como a relação entre a medicina e a verdade, instituindo, por uma contramemória, aquilo que marca a distância entre ele mesmo e o seu pai. O pai era um médico que trazia as referências da medicina do século XIX, campo sobre o qual o pensador articulou uma interpretação em *O Nascimento da clínica*. A relação do médico com o corpo doente é de redução absoluta da fala, indicando a sua raridade. A palavra era vento para o pensador, até 12 anos antes de conceder a entrevista. Gradativamente, o pensador vai se aproximando da articulação de uma concepção de escrita e de discurso que se diferencia fundamentalmente da concepção anterior. Sobre o que escreveu e produziu nos anos de 1960, Foucault (2016) afirma:

Atualmente, o problema que me preocupa, que na verdade, não parou de me preocupar de 10 anos para cá, é este: numa cultura como a nossa, numa sociedade, o que é a existência das falas, da escrita, do discurso? Pareceu-me que nunca tinha sido atribuída suficiente importância ao fato de que, no fim das contas, os discursos existem. Os discursos não são apenas uma espécie de película transparente através da qual se veem as coisas, não são simplesmente o espelho daquilo que é e daquilo que se pensa. O discurso tem sua consistência própria, sua espessura, sua densidade, seu funcionamento. (FOUCAULT, 2016, p. 42).

Está-se diante de uma conversão total em relação ao que era a desvalorização absoluta da palavra. Mais uma vez, o pensador aproxima-se, muito brevemente, da infância e explica o sentido de discurso com que maneja suas investigações: “[...] me interrogo [...] sobre o modo de aparição e funcionamento do discurso real, sobre as coisas que foram efetivamente ditas. Trata-se de uma análise das coisas ditas na medida em que são coisas” (FOUCAULT, 2016, p. 43).

A materialidade do discurso opera sobre outros discursos, incide sobre a vida de quem é enunciado, retroage sobre quem fala e instaura possibilidades de dizer e de se referir ao que é designado. Contrariamente ao destino da rarefação da fala na experiência médica, o pensador encaminha-se a uma conexão entre escrita e morte, opondo a morte não à vida, mas à verdade, constituindo importantes imagens da relação do pensamento com o tempo histórico e com o tema da verdade. A espessura daquilo que foi dito e transcrito não apenas retoma o que foi escrito, mas assume uma posição singular no percurso do pensador, uma vez que a aparência de autobiografia se desfaz diante da raridade de imagens que seriam pessoais ou excessivamente subjetivas. Possivelmente, aquelas imagens apenas indicam parte da trama dos elementos em jogo na tapeçaria de Foucault, outras peças ainda precisam ser acionadas e manipuladas.

Trata-se, para a presente argumentação, de voltar-se às indicações que o pensador apresenta em torno da relação com a morte e com o passado. Gradativamente, da importante diferença entre o lugar da fala no ambiente médico familiar e em seu próprio percurso, Foucault (2016) passará a defender uma convergência entre os procedimentos do cirurgião e do pensador:

Imagino que haja em minha caneta uma velha herança do bisturi. Talvez, no fim das contas: será que não traço na brancura do papel aqueles mesmos signos agressivos que meu pai traçava no corpo dos outros quando operava? Transformei o bisturi em caneta. Passei da eficácia da cura à ineficácia do livre enunciado; substituí a cicatriz sobre o corpo pelo grafite sobre o papel; substituí o inapagável da cicatriz pelo signo perfeitamente apagável e rasurável da escrita. Talvez deva mesmo ir mais longe: a folha de papel talvez seja, para mim, o corpo dos outros. (FOUCAULT, 2016, p. 44).

Escrever está ligado à morte. Na continuidade da entrevista, o pensador explica de forma mais detida a afirmação: a partir da relação entre práticas médicas e seus correlatos campos discursivos encontra-se aquilo que caracterizou vidas que, em seus vestígios, acenam para o presente a partir da luz lançada sobre elas. O pensador lida com outros, na medida em que já estão mortos. Paradoxalmente, da morte os outros lançam acenos que talvez indiquem a “pervivência” de seus gestos e o encontro com o que emerge depois de sua dissolução. Os mortos ainda podem nos indicar a importância de sistematização dos discursos que operaram sobre suas existências. A relação entre a escrita e a morte permite que Foucault (2016) se autodefinha como um diagnosticador, o que, de forma certa, sustenta a possibilidade de definição de um trabalho em torno da verdade, que pode se exprimir temporalmente, no exercício da crítica, no trabalho que não visa ao reconhecimento da origem como momento recuado, mas como irrupção contingente daquilo que ainda concerne ao presente. A escrita não atinge a fonte da vida, mas é um trabalho pós-morte, de acordo com o pensador.

O trabalho pós-morte inscreve-se como um exercício de diagnosticador, consistindo, “[...] em trazer à luz através da própria incisão da escrita algo que seja a verdade do que está morto” (FOUCAULT, 2016, p. 48). O diagnosticador aproxima-se de vidas já findas, de corpos já decompostos pelo tempo, de contrapalavras remetidas a discursos que buscavam corrigir e silenciar. Há um “desdobramento meticuloso da verdade” (FOUCAULT, 2016, p. 49) que concerne a uma espécie de atividade que não encontra o silêncio dos corpos submetidos, mas que se surpreende com a possibilidade de que tais corpos ainda possam de gritar ante a incisão. Narrando fragmentos de sua biografia, o pensador retoma o sentido da atividade contemporânea de um tipo de intelectual que não busca uma identidade inamovível, mas poder dizer coisas. Dizer, posicionar-se na direção oposta em relação ao silêncio dos médicos em sua família parecem ser os subsídios para o que o pensador define como campo para o filósofo, o sociólogo ou mesmo alguém remetido a experiências políticas singulares.

A entrevista de Michel Foucault ainda prossegue, articulando-se importante crítica ao eventual desejo de se formular uma obra. Na defesa da materialidade do discurso e no reconhecimento de que a verdade se oponha a morte, Foucault contribui de forma contundente para o entendimento de que a espessura da escrita não se assenta na psicologia do escrevente, interrogando qualquer convergência primária entre discurso e o privilégio do uso do pronome pessoal “eu”. Entre a vida e o discurso, há uma distinção de temporalidade, embora seja sobre as vidas que os discursos operem. No caso da escrita, a perspectiva do pensador direciona-se ao reconhecimento de uma tarefa teórica e política em relação ao que nos é familiar ou próximo: proceder ao reconhecimento da espessura do que aparenta transparência. Sobre o escrever, o pensador acabará por defender uma espécie de obrigação que se relaciona com a transfiguração da realidade das coisas que não estão presentes na própria escrita. Finalmente, para os propósitos da presente argumentação, torna-se importante recuperar uma definição de Foucault (2016, p. 69) do seu “projeto de discurso”:

Gostaria de fazer aparecer o que está próximo demais de nosso olhar para que possamos ver, o que está aí bem perto de nós, mas que nosso olhar atravessa para ver outra coisa. Devolver densidade a essa atmosfera que, à nossa volta, por toda parte, garante que vejamos as coisas longe de nós, devolver sua densidade e sua espessura àquilo que costumamos experimentar como transparência, está aí um dos projetos, dos temas que me são absolutamente constantes. Igualmente, chegar a circunscrever, a desenhar, a designar essa espécie de ponto cego a partir do qual falamos e vemos, a reconhecer aquilo que possibilita que tenhamos um olhar distanciado, a definir a proximidade que, à nossa volta, por toda parte, orienta o campo geral de nosso olhar e de nosso saber. (FOUCAULT, 2016, p. 69-70).

Uma entrevista pontuada pela menção ao exercício ficcional como traço político e temporal em relação ao que se estabelece como conjunto de princípios que organizam práticas de linguagem. Os elementos biográficos não são fontes indiscutíveis de autoexplicação dos discursos em primeira pessoa e nem da possibilidade de compreensão de autores e campos de saber. Em torno do material escrito, a vida com suas especificidades e urgências ainda se desdobra. Trata-se, doravante, de compreender que é o próprio texto que se constitui como campo de disputas político-epistemológicas que configuram as possibilidades de investigação em ciências humanas, especificamente nos estudos sobre gêneros e sexualidades. Apropriando-nos de parte do que foi apresentado e defendido por Foucault na entrevista citada, podemos definir que, no campo das ciências humanas – no que diz respeito aos temas em análise –, se trata de dirigirmo-nos ao que orienta nosso olhar e nosso saber, sem perder de vista que o visível demais se assenta em uma invisibilidade que precisamos mencionar, a fim de que o próprio lugar enunciativo se torne parte do material sobre o qual exercemos uma atividade e, não simplesmente, algo que assumimos sem que precisemos pensar.

Escrever para apagar-se: não sobrevivemos aos textos que escrevemos?

Partindo do pressuposto de que a experiência é um conjunto de relações entre instituições, práticas discursivas e processos de subjetivação, os estudos sobre gêneros e sexualidades no campo das ciências humanas sustentam-se, também, em práticas de linguagem que podem retomar, criticamente, alguns elementos em curso na elaboração de modos de existência. Na perspectiva discutida no item anterior, é possível considerar que o *devir* do material escrito como livro ou publicizado como transcrição de entrevistas e aulas do pensador francês não se cristaliza como recuperação de uma individualidade anterior à peleja dos procedimentos retóricos e de formulação de argumentos éticos e teóricos sobre diferentes temas, como o é a sexualidade. Não se recai na condição de produção da verdade que é extorquida por intermédio da confissão, já que se considera que a escrita é uma tecnologia de si, movimento que se interpõe na relação entre a vida e o material escrito. Estudando a cultura de si nas sociedades ocidentais, demorando-se na consideração dos primeiros séculos da nossa Era, Foucault (2010) atualiza o sentido de experiência nas investigações sobre sexualidade que o levaram à Antiguidade greco-latina. Indicando a suposta familiaridade do termo “sexualidade”, o pensador debruça-se sobre o campo investigativo que ajudou a reconfigurar, direcionando-se a defesa da sexualidade como experiência: “[...] história da sexualidade enquanto experiência, se entendemos por experiência a correlação, em uma cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (FOUCAULT, 2010, p. 10). O estudo da experiência permite que se defina, metodologicamente, o procedimento como uma genealogia, que indica distintas correlações de força para o estabelecimento da categoria de sujeito de desejo. A perspectiva estrutura-se como crítica ao modelo continuísta e teleológico de interpretação da sexualidade. A própria noção de sujeito é remetida às práticas históricas em que se forjam modalidades de relação de si para consigo, em que materialidades heterogêneas fazem parte do processo de problematização de si, na aceção crítica de uma ontologia histórica de nós mesmos. Textos escritos assumem uma importância central na interpretação da cultura de si no pensamento de Michel Foucault, que se volta à Antiguidade greco-romana e aos primeiros séculos da Era Cristã, para defender uma espessura no que nos parece incomodamente familiar, como se trata da sexualidade e suas exigências de transparência e coerência, quando remetida aos mecanismos de interpretação dos sujeitos formulados. Procedendo da forma citada, a própria definição da vida sofre uma inflexão. E isso ampliará o sentido da relação entre escrita e vida, como se propôs no item anterior.

Quando Michel Foucault (2010, 2016) sugere que categorias como sujeito e desejo serão objeto de suas investigações, sem significar um “retorno” a uma espontaneidade do sujeito,

procura interpretar continuidades e descontinuidades em períodos históricos que não mantêm entre si relações de causalidade, como a experiência do paganismo e a elaboração do sujeito no cerne do Cristianismo e na experiência da carne. O que destacamos, para a presente discussão, é exatamente o esforço para considerar que a vida era definida – no contexto da Antiguidade greco-romana – de uma forma não coincidente com o que se exprime no Cristianismo e na formulação de nossos próprios modos de apropriação e condução da existência individual e coletiva, mesmo que alguns rastros históricos sejam reconhecíveis no próprio procedimento que o pensador forja para lidar com o problema que investiga. Foucault (2016a) estuda técnicas de si na Antiguidade greco-romana e nos primeiros séculos da nossa Era, reconhecendo que elas não são simplesmente prescritivas, podendo ser reduzidas à condição de código, mas se voltam às artes de existência, qualificando de um modo distinto o viver:

[...] para um grego [...] há dois verbos – que traduzimos por uma única e mesma palavra: “viver”. Vocês têm o verbo *zên*, que quer dizer: ter a propriedade de viver, a qualidade de ser vivo. Os animais efetivamente vivem, nesse sentido de *zên*. Depois, vocês têm a palavra *bioûn*, que quer dizer: passar a vida, e que se refere à maneira de viver essa vida, à maneira de levá-la, de conduzi-la, ao modo como ela pode ser qualificada de feliz ou infeliz. O *bíos* é algo que pode ser bom ou mau, enquanto a vida que você leva porque é um ser vivo lhe é simplesmente dada pela natureza. [...] O *bíos* é o que nos acontece, é claro, mas pelo ângulo do que fazemos com que nos acontece. (FOUCAULT, 2016a, p. 33).

Em outro momento do estudo do qual se tirou o excerto anterior, Foucault (2016a) ainda considerará que o *bíos* grego não se define pela possibilidade ou injunção de uma conversão, como no Cristianismo, mas sim pelo “[...] trabalho contínuo de si sobre si” (FOUCAULT, 2016a, p. 227). Passaram-se mais de 10 anos entre a entrevista de Foucault citada no início do artigo e as investigações retomadas no parágrafo anterior, mas podemos sustentar que a própria definição de vida ganha espessura na relação defendida entre ela e a tecnologia da escrita. Historicamente, as oportunidades de um exercício contínuo de si sobre si tornam-se raras ou desnecessárias no estabelecimento da relação com a verdade, como se depreende da desconexão entre conhecimento e transformação de si no pensamento ocidental moderno. Para o presente argumento, apropriar-se do sentido político de tecnologia do si no *devenir* histórico permite-nos defender que a investigação se subsidia na transformação do próprio estatuto de quem se interroga sobre regimes de sexualidade e gênero instituídos historicamente, uma vez que tais regimes perdem sua transparência. Assim parece ter se dado com o pensador francês, que configura uma crítica à moral do campo do conhecimento que busca remeter-se ao autor como categoria plena, auto justificável.

Com a apropriação da definição contingente da arte da existência no contexto grego antigo, podemos insistir na reflexão sobre a vida em jogo nas biografias como tomada de posição em relação ao que nos concerne, ultrapassando a condição de elemento primário ou individual. Foucault investiga o passado para impugnar a condição evidente do próprio presente. As perguntas do pensador em torno das condições para ver e pensar no contexto histórico e político em que exerceu a tomada de palavra em público atingem o próprio cerne da relação entre a escrita e a vida: o texto permite a visualização de procedimentos administrativos, exercícios éticos e petições de verdade que configuram parte dos elementos de que fazemos uso para escrever em um texto o pronome “eu”. A aula transcrita, a entrevista concedida e o material forjado como escrita sugerem a espessura política da vida e a importância ética de enunciações em que processos de subjetivação possam ser considerados, na crítica simultânea à metafísica de uma substância subjetiva.

Sabemos que, contemporaneamente, a redução de estratos significativos da humanidade à condição de meros seres viventes introduz a tarefa para o pensamento de problematização das

tecnologias políticas de condução da vida social e de definição da vida humana. Importantes lutas contemporâneas reivindicam a plenitude do possível ao se referirem aos temas da sexualidade e do gênero, geralmente evocados na tentativa de regulação exaustiva da existência. Esforços empreendidos em estudos contemporâneos sobre sexualidade e gênero também se dirigem a composição de lugares enunciativos, uma vez que não se trata de temas que possam estar apartados do modo como são articuladas políticas de existência. Justamente nessa direção, surgem perspectivas metodológicas que reivindicam a centralidade da experiência e do lugar de onde os temas são vislumbrados, como marcadores políticos e institucionais que não devem ser contornados e negados. Tais temas não são apenas utilizados como exemplos sobre os quais os problemas levantados no presente texto possam ser aplicados, uma vez que viabilizaram que a biografia, a autobiografia e a escrita em primeira pessoa se cruzassem na produção da presente argumentação.

Em nossas investigações metodológicas, entendemos que marcadores de gênero e de experiências sexuais dissidentes reivindicam uma nova espécie de produção argumentativa, que se dirige, em primeiro lugar, à assunção de um lugar a partir do qual se produz um determinado tipo de saber e de conhecimento, indissociável dos processos que subsidiam, por exemplo, que alguém possa se nomear como *gay* ou heterossexual. Nosso esforço argumentativo dirige-se ao entendimento do caráter contingente dos regimes que produziram, inclusive, a necessidade de que se saiba as condições de enunciabilidade de determinados discursos, como se fosse necessário que soubéssemos, antes de tudo, quem diz, quem escreve e, não simplesmente, nos dirigíssemos ao que é dito e escrito em determinados contextos e na relação com determinadas condições.

As perspectivas teóricas colocadas em destaque no presente argumento ajudam-nos a que nos voltemos às novas exigências de verificação dos discursos, ou seja, as exigências de que é preciso validar ou invalidar determinados discursos por intermédio do desvelamento de quem os profere. Tais exigências tornam nosso campo mais espesso, embora corramos alguns riscos e se abram novas possibilidades de investigação. Interessa-nos compreender como parte das condições de articulação de um lugar enunciativo pode ser interpretada como fabricação e não revelação. Os próprios contornos de um texto com vistas ao reconhecimento de seu estatuto acadêmico incidem sobre nossas experiências de seres generificados e de sujeitos elaborados por intermédio de processos inconclusos. Gênero e sexualidade não pré-existem às políticas de escrita e de circulação de textos acadêmicos, uma vez que também se forjam e se disputam nas práticas de escrita e de interpretação dos textos. Foi, justamente, a partir da investigação histórica sobre a emergência do tema da sexualidade como dispositivo nominalista que Michel Foucault garantiu um contorno renovado as suas interrogações sobre a relação entre subjetividade e verdade. Para nós, o exercício de escrita em primeira pessoa resulta de uma tomada de posição ficcional – como se explica em outro momento – diante de regimes estabelecidos antes e durante a produção textual. Isso também vale para as experimentações metodológicas adotadas, por exemplo, no exercício de Cornejo (2011). A autobiografia e a biografia emergiram em nosso exercício intelectual a partir dos problemas que se colocam sobre a natureza da referencialidade do que se entende por vida. Nesse sentido, foi, inicialmente, por entendermos que problematizar políticas de gênero e de sexualidade também se realize por intermédio de práticas de escrita que evocam marcações de gênero e o dispositivo de sexualidade, que nos dirigimos ao estudo de exercícios de escrita em primeira pessoa, exercícios biográficos e autobiográficos. Voltarmos-nos ao gênero e à sexualidade introduziu-nos a temática das biografias e das autobiografias, já que diagnosticar a presença dos temas nos processos de subjetivação em jogo na escrita é, fundamentalmente, confrontar-se com a sua contingência e seu caráter político e institucional, antes de poderem ser definidos do ponto de vista psicológico ou pessoal.

Disputas acadêmicas em torno de lugares enunciativos em pesquisas sobre gêneros e sexualidades cruzam-se com a ontologia política da vida, uma vez que a subalternização de modos de existência que se chocam com normativas de sexualidade e de gênero também se exprime na produção de novas textualidades, como imagem de processos históricos de divisão e de naturalização de atributos pessoais. Novas lutas políticas configuraram-se, por exemplo, no século passado, a partir da defesa do direito à vida, como nos indica Peter Pelbart (2003, p. 59): “O direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação de todas as necessidades, é a réplica política aos novos procedimentos do poder, tão diferentes do direito tradicional da soberania”.

No comentário de Pelbart (2003), reconhecemos a imediata grade interpretativa de Foucault sobre as sociedades em que se formula a biopolítica, conceitualização retomada por pensadores e pensadoras contemporâneas, como Giorgio Agamben, intelectual italiano que propôs o conceito de vida nua como parte do paradigma político formulado sobre as sociedades contemporâneas, assentado no estado de exceção e nos campos de concentração. Trata-se, contemporaneamente, de uma politização do fato de sermos seres viventes, já que a vida, “[...] desprovida de toda qualificação que a viria proteger [...] não tem escolha, para resistir, senão pensar-se para além do julgamento e da autoridade que a condenam, como potência se autorizando a si mesma, recusando toda autoridade” (PELBART, 2003, p. 67). Com as transmutações do que se define como experiência política, dirigimo-nos para uma nova colocação da condição das minorias étnicas, dos refugiados políticos e das minorias sexuais. A partir de Foucault, é possível considerarmos a relação transversal entre vida e escrita como oportunidade para diferentes desdobramentos do que se define como política e elaboração de si. Escreve-se para deixar de se ter um rosto. O paradoxo da escrita encontra-se com o sentido político de “bio” em biografia: uma vida a partir do encontro com outras, com fragmentos de vivências e com o exercício descontínuo da lembrança. Não deve ser casual que, na entrevista concedida por Foucault a Bonnefoy, a infância se faça presente como citação precária ao que abriga um relampejo do tempo: onde esperávamos encontrar uma referência singular a trajetória do pensador, ainda encontramos uma remissão a aspectos sociais e políticos da prática e do saber médicos nos séculos XIX e XX. A importância da entrevista do pensador refere-se, também, ao manejo da precariedade daquilo que se lembra e ao estatuto imediatamente político de vetores de subjetivação. Uma vida que concerne a um exercício e não simplesmente a um indivíduo. São elementos importantes para a consideração de que lugares enunciativos não são a atualização de atributos ou características pessoais, mas espaços de ficcionalização e de exame de aspectos históricos e políticos de processos de subjetivação na tomada de palavra.

Entre a escrita e a vida, produz-se um exercício político que, no caso dos estudos críticos de gêneros e sexualidades, pode indicar a contingência de regimes de regulação da existência. Exatamente aqui, podemos partir da entrevista de Foucault à elaboração metodológica de Walter Benjamin no que concerne à ultrapassagem da vivência individual em busca da caracterização política de uma época. O apagamento do rosto, sugerido pelo pensador francês, não se contradiz aos esforços éticos e teóricos em jogo nas investigações sobre gêneros e sexualidades, uma vez que experimentações em termos de lugares enunciativos forjam abrigos para os vestígios de épocas, instituições e interpelações. Do rosto apagado, transitaremos a fisionomia de uma época. Para isso, precisaremos de Walter Benjamin.

Experiência política e ultrapassagem da vivência individual

Partindo da entrevista concedida em 1968 por Foucault a Claude Bonnefoy, já há condições, a esta altura da argumentação, de defendermos que a biografia não está isenta dos procedimentos específicos da interpelação de uma entrevista e das exigências da escrita.

Politicamente, a defesa de que a escrita se opera como um apagamento da referencialidade da autoria colide, de certa forma, com disputas contemporâneas em torno dos lugares enunciativos em pesquisas sobre gêneros e sexualidades em ciências humanas. A tomada de palavra de personagens forjadas nas práticas e nas instituições que subsidiam uma política sexual e de gênero é acompanhada pela defesa de que indivíduos que compõem minorias sexuais e articulam identidades de gênero que escapam do *continuum* sexo-gênero teriam plenas condições de estabelecerem práticas de escrita em que processos de subjetivação poderiam ser vislumbrados em sua integridade e imediaticidade, sem necessidade de esforços interpretativos ou de mediações impostas por mecanismos acadêmicos. Evidentemente, a emergência de textualidades malditas, escrituras não codificadas por modelos interpretativos hegemônicos e práticas políticas e acadêmicas insubordinadas, balança a estrutura vigente de estabelecimentos e instituições. No entanto, a recorrência à transparência de uma experiência supostamente circunscrita aos indivíduos pode apenas garantir a transição de uma hegemonia para outra: da neutralidade distanciada para a proximidade autorreferida. Por isso, a necessidade de posicionarmo-nos no que diz respeito aos limites e às possibilidades do “eu” voltados ao estabelecimento de processos de subjetivação na relação entre escrita e biografia.

Muitos narradores e narradoras, em textos acadêmicos, assumem o protagonismo das argumentações, remetendo-se a experiências que talvez se tornassem intraduzíveis se não fossem ditas em primeira pessoa. Mesmo considerando que haja especificidades na América Latina em torno da disputa por lugares enunciativos em pesquisas acadêmicas sobre gêneros e sexualidades, o que se caracteriza como ressonância histórica de reiterada hegemonia de referências europeias e estadunidenses na caracterização de um campo problemático persiste, entre nós, um conjunto de impensados, quando se multiplicam esforços metodológicos de fabricação de novas formas de enunciação e de textualidades. A fecundidade de experimentações no campo da literatura latino-americana em torno da indecidibilidade do estatuto de fragmentos de histórias pessoais e lampejos de acontecimentos históricos como ditaduras civis-militares (ZAMBRA, 2014) indica parte da importante proximidade entre os campos teórico e estético, sem retirar a transversalidade de suas regiões de contato, ou seja, sem impor a eles uma única identidade.

No caso de exercícios como o de Zambra (2014), o recurso à autoficção introduz, no corpo do trabalho da memória sobre a infância, vestígios de uma época histórica que era inidentificável ao narrador, assumindo um espaço importante na compreensão literária e política do passado recente no Chile, incomodamente atual. As experimentações, em termos enunciativos, ajudam-nos a vislumbrar um desdobramento do sentido político das escritas relacionadas à biografia. Seguramente, as perspectivas teóricas acionadas no presente artigo não exauram o campo problemático em que nos situamos.

Em Walter Benjamin (2013) também reconhecemos esforços éticos e teóricos na articulação de um posicionamento crítico em torno do lugar do “eu” na produção de uma narrativa sobre o passado. Há distâncias importantes entre as perspectivas teóricas de Foucault e Benjamin. No entanto, também há possibilidades de inter-relações que não menosprezam a singularidade e a magnitude das obras consideradas individualmente. Curiosamente, também a viagem e a distância da terra natal viabilizaram que Walter Benjamin interrogasse o estatuto do sujeito que se forjava em uma política de problematização do passado. Além disso, considerando-se o estatuto paradigmático da Guerra e da perseguição política às minorias na obra benjaminiana, encontramos a elaboração narrativa de textos em primeira pessoa e autobiográficos em que os vestígios do “eu” apontam, continuamente, para elementos políticos e históricos que poderiam mobilizar a instauração de ações políticas que colidem com a norma histórica da evolução e do progresso.

Para o pensador alemão, assim como para Michel Foucault, o texto não simplesmente comunica algo que não concerne a sua própria materialidade, mas possui densidade política. Confrontando-se ao gênero dos textos autobiográficos, o pensador é convidado a escrever sobre o século XIX na Alemanha, por intermédio de fragmentos de sua própria infância. Esforçando-se por articular uma “autobiografia negativa”, o pensador dedica-se ao desdobramento em *Infância berlinense:1900* de imagens que desalojam o eu de sua suposta segurança ou singularidade psíquica. Busca atravessar as imagens que são recuperadas de sua percepção de Berlim do século XIX para alcançar a história política da cidade referida na lembrança, por intermédio de um exercício que se interpola naquilo que foi. Para fazer isso, o pensador morto em 1940, perseguido pelo nazismo, elege as varandas como espacialidade propícia para uma alegoria da indecidibilidade entre o exterior e o interior. Sobre isso, aponta-nos Sedlmayer (2011, p. 54): “[...] se fosse possível encontrar uma arquitetura interna capaz de encenar uma imagem da forma da escrita do eu, em Benjamin, essa forma seria a de uma varanda. Construção que, paradoxalmente, acolhe, mas ao mesmo tempo só permite permanências breves”.

O paradoxo da escrita em primeira pessoa em Benjamin (2013) reivindica uma passagem, uma travessia de uma lembrança que só interessaria àquele que recorda em direção ao que se configura como histórico e social. O próprio pensador evoca o contexto de produção de fragmentos “antiautobiográficos” em seu percurso intelectual:

No ano de 1932, quando me encontrava no estrangeiro, começou a tornar-se claro para mim que em breve teria de me despedir por longo tempo, talvez para sempre, da cidade em que nasci.

Por mais de uma vez tinha sentido, no mais íntimo de mim, que o procedimento da vacinação me era benéfico. Guiei-me por essa intuição também nessa nova situação e apelei deliberadamente àquelas imagens que no exílio costumam despertar mais fortemente a nostalgia – a infância. Mas o sentimento de nostalgia não podia, nesse caso, sobrepor-se ao espírito, tal como a vacina não pode tomar conta de um corpo saudável. Procurei conter esse sentimento recorrendo ao ponto de vista que me aconselhava a seguir a irreversibilidade do tempo passado, não como qualquer coisa de casual e biográfico, mas sim de necessário e social. (BENJAMIN, 2013, p. 69).

Os traços biográficos, de acordo com o pensador, recuam para um plano de fundo na consideração de imagens em que se evidenciam fragmentos da “[...] experiência da grande cidade por uma criança da classe burguesa” (BENJAMIN, 2013, p. 70). O exercício do pensador nutre-se da distância e do exílio, dedicando-se ao escrutínio de imagens formuladas no texto que se encaminham a uma espécie de esboço do futuro, articulando uma transmissibilidade de aspectos de uma época que teriam sido soterrados pelo tempo e que concernem, simultaneamente, às gerações futuras, possuindo valor político, já que prefiguram processos de individualização da sensibilidade e de gestão burocrática das coletividades, como se desenham no nazismo e mesmo antes da consolidação do regime totalitário na Alemanha. Há um dever de memória (SEDLMAYER, 2011) no elo que se estabelece entre subjetividade e infância, neste exercício benjaminiano em torno do passado e das tensões entre o “eu” e o “sujeito”. Tal dever relaciona-se ao estatuto de *Spuren* (vestígio) do eu que é irrecuperável, mas deixou um rastro. Tal operação indica a compreensão ética da infância como imagem daquilo que foi perdido, mas que permite uma interpolação, uma produção de imagem sobre aquilo que ainda diz respeito ao presente.

Michel Foucault e Walter Benjamin parecem forjar imagens em que o “eu” não é personificado, ou, ainda, em que a enunciação revela um mecanismo de dessasujeitamento em relação ao que se estabelece como norma. É exatamente a possibilidade do dessasujeitamento que garante o tônus de crítica à escrita dos pensadores. Judith Butler (2013) já havia defendido que, no pensamento de Michel Foucault, podemos encontrar a definição da crítica como

exercício de ultrapassagem epistemológica, estética e política do que se define como um regime de verdade. A ultrapassagem pressupõe o estabelecimento de uma relação consigo que se volta ao reconhecimento do que é elemento constituinte e oclusivo do campo de saber em que se formulam posições de sujeito. O dessasujeitamento pode significar a recusa e o escrutínio do que nos liga a nós mesmos, como parece ser o tema da sexualidade.

Ao se voltar à problematização do gênero autobiográfico em Walter Benjamin, Jeanne Marie Gagnebin (1994) indica exercícios na escrita do pensador que podem ser relacionados ao estatuto não originário do sujeito. Escrever não significava buscar uma segurança definitiva, mas reivindicar uma leitura viabilizada pela dissociação do presente em relação à sua presumida obviedade. Caracterizando a especificidade da política de escrita nos textos autobiográficos de Benjamin, Gagnebin (1994, p. 84) sugere que “[...] o ‘eu’ e o sujeito não são nem idênticos nem intercambiáveis; não seria correto confundir o sujeito com este pronome que só faz representá-lo perante as instâncias do diálogo interpessoal, na oposição [...] entre a primeira e a segunda pessoa”. Além disso, o “sujeito” nas práticas autobiográficas de Benjamin não se restringe à afirmação de uma consciência de si, mas se abre às dimensões involuntárias e inconscientes da vida psíquica (GAGNEBIN, 1994).

Com a importância assumida pela viagem e pela errância, os fragmentos autobiográficos revelam a perspectiva de uma compreensão política da vida. O paradoxo da escrita em Michel Foucault pode encontrar-se com a defesa do sentido político de uma imagem do passado lembrado por um “eu” que se forja na escrita em Benjamin. Para Gagnebin (1994), a reflexão sobre os aspectos inconscientes e involuntários da vida psíquica na obra de Benjamin também se relaciona à “[...] ampliação da dimensão social do sujeito que, renunciando à clausura tranquilizante, mas também à sufocação da particularidade individual, é atravessado pelas ondas de desejos, de revoltas, de desesperos coletivos” (GAGNEBIN, 1994, p. 85). Voltando-se à infância, Benjamin (2013) nutre-se da importância do deslocamento espacial para a defesa de uma produção de imagens sobre a passagem do tempo. Encontramo-nos com uma ampliação política e filosófico-psicológica da noção de sujeito, ainda de acordo com Gagnebin (1994). A ampliação reconhecida pela estudiosa da obra benjaminiana encaminha-se a uma reflexão sobre a nossa própria prática histórica, ou, ainda, como contamos aquilo que define nossa história e como podemos agir nela (GAGNEBIN, 1994).

Narrar e agir, transmitir e posicionar-se politicamente não são atitudes cindidas no pensamento de Benjamin. A sua atenção às vanguardas estéticas das primeiras décadas do século XX permitiu, também, a elaboração de um exercício crítico em torno do “eu”, que pode representar um narrador, mas não o vender ou servir de fetiche à sua monótona continuidade. Para Gagnebin (1994), autobiografia, em Benjamin, não se refere mais ao mesmo (autos), constitui-se como uma explosão da vida (bios) no entrecruzamento de diversas outras vidas e, em termos de escrita (grafia), segue o atravessamento de tempos que não seguem nenhuma direção linear exclusiva. Considerando seus trânsitos pela vida, confrontando-se aos descaminhos do amor e da escrita, Benjamin (2013) caracteriza a si e a sua classe social ao forjar uma imagem que parece durar mais do que uma informação jornalística, transmitindo aos seus eventuais leitores importantes mudanças históricas e políticas para o reconhecimento da singularidade do presente. Para isso, o pensador volta-se, como se afirmou, às varandas, às paradas breves, como podem ser breves as referências ao “eu”:

As varandas mudaram menos desde a minha infância do que as outras divisões. Mas não é só por isso que as sinto mais próximas. É antes pelo consolo que a sua inabitabilidade traz a quem, por assim dizer, já não consegue viver em lugar nenhum. Nelas, a habitação do berlinense encontra a sua fronteira. Berlim – o próprio deus da cidade – começa aí. Está aí de forma tão presente que nada que seja transitório se pode

afirmar a seu lado. Sob a sua proteção, o lugar e o tempo encontram-se a si mesmos, e um ao outro. Ambos se deitam aí a seus pés. Mas a criança que um dia se aliou a eles instala-se, confundindo-se com o seu grupo, na sua varanda como num mausoléu que havia muito tempo lhe havia destinado. (BENJAMIN, 2013, p. 72).

Caracterizando de modo tão cuidadoso e lúcido a própria transitoriedade da infância, de uma vivência pessoal – *Erlebnis* –, busca-se encaminhar-se a uma experiência política, transindividual – *Erfahrung* – em que o próprio tempo e o espaço possam se encontrar. A inabitabilidade da varanda é um importante contraponto aos espaços em que nos sentimos mais confortáveis ou abrigados, familiarizados. Também na inquietude da viagem – ainda mais quando ela se forja a partir da temporalidade do amor e da compulsoriedade do deslocamento movido pela perseguição política – na brevidade das paradas, do repouso e do sonho, confrontamo-nos com o sentido não definitivo de nossas certezas sobre nós mesmos. O texto articulado pelo pensador em primeira pessoa indica a brevidade do próprio lugar enunciativo, encontrando a oportunidade de visualização da convergência entre o passado e o presente. A varanda não é uma morada e as vivências da burguesia alemã no início do século XX também passarão por importantes metamorfoses. Lembrar, escrever e contar uma história não evidenciam o “eu” que lembra, que se forja na escrita e que partilha uma narrativa, mas desdobram as imagens reveladas na agoricidade de um procedimento de leitura e de interpretação. Talvez possamos afirmar que, em Benjamin, escrevemos para que não nos habituemos com a suposta evidência do “eu”, garantindo uma possibilidade de encaminhamento para a relação entre o “eu” e os processos de subjetivação.

A entrevista, o fragmento e a defesa da enunciação como um processo de subjetivação

A partir de uma entrevista de Michel Foucault e de uma produção textual de Walter Benjamin, em que se encaminhava uma crítica imanente ao gênero autobiográfico, podemos considerar que a relação entre a biografia e a escrita possa ser compreendida politicamente, ampliando-se o sentido de experiência, como já fora apontado por Joan Scott (1998) em reflexão fundamental sobre a necessidade de historicização da categoria de experiência em campos disciplinares remetidos ao esforço de interpretação do que se configura como normativo e como diferença. Estudos de gêneros e de sexualidades, contemporaneamente, também podem ser considerados como importantes laboratórios para a experimentação de lugares enunciativos renovados, uma vez que, tendo sido forjados textual e politicamente, ampliam e consolidam a crítica a lugares enunciativos estáveis e supostamente transparentes.

A crítica aos lugares enunciativos hegemônicos – efeitos de uma dominação heterossexista, branca e ocidental – não se realiza sem a própria experimentação de escritas heterogêneas, onde justamente a noção de experiência e a recorrência ao pronome pessoal “eu” não deve obliterar processos históricos e institucionais com os quais colidimos e que, muitas vezes, subsidiam políticas de escrita e de pesquisa. Investigar gêneros e sexualidades, por intermédio de uma perspectiva crítica, confronta-se ao próprio contexto que viabilizou e que reitera a produção de seres sexuados, referidos as suas próprias histórias e singularidades. Os lugares enunciativos nessas investigações não são a revelação de espontaneidades trans-históricas, dialogando com instituições e contextos precisos, como aqueles que se forjam em países latino-americanos, em uma expressão das contrapartidas estéticas e acadêmicas em torno da tomada de palavra por novos sujeitos, como aqueles designados na analítica de Preciado (2011).

Considerando que a própria corporeidade e a relação imediata entre os corpos e as distintas tecnologias forjadas para a reprodução da vida precisem ser levadas em consideração para uma redefinição da experiência política a partir das multidões *queer*, Preciado (2011) sugere a

desontologização do sujeito das novas organizações políticas que interferem no funcionamento da sexopolítica (uma amplitude de instituições e práticas que sexualizam e generificam as existências individuais, recorrendo à desqualificação de experiências dissidentes). A tomada de palavra das multidões não obedece ao primado da originalidade e a-historicidade dos sujeitos. A defesa de Preciado (2011) toca no campo problemático em que procuramos nos situar, uma vez que identificamos iniciativas teórico-metodológicas em torno da invenção de lugares enunciativos não subalternizados, em que a experiência se tornaria visível, propiciadora de textualidades desviantes, críticas aos modelos hegemônicos.

Nossa tentativa foi a de nos posicionarmos em relação à contribuição de dois pensadores que testaram a relação entre a biografia e a escrita, seja por intermédio da entrevista, situação específica de interpelação em que um pensador é convidado a se debruçar sobre seu percurso pessoal e teórico até o momento de realização do encontro; seja por intermédio da escrita fragmentária, que se configura como esforço intelectual e político de interpretação da relação que se pode estabelecer com o passado e com a terra natal por intermédio da lembrança e dos apelos da distância geográfica.

Foucault e Benjamin auxiliam-nos a considerar a brevidade da função do “eu”, na tarefa política de indicarmos o peso de regulações de gênero e de sexualidade sobre nossas existências, mas não abdicamos de compreender o sentido político da experiência que nos constitui. A experiência não se configura como o fundo essencialmente pessoal ou subjetivo de uma possibilidade de enunciação. Procedimentos estéticos, transversalidades políticas e práticas de linguagem são vetores que se inter-relacionam para a produção de lugares enunciativos. Logo, o pronome pessoal “eu” – raramente utilizado na obra de Benjamin e precariamente situado na articulação de tomadas de palavra em público por Foucault – não retrocede a uma origem temporalmente situada e resguardada no início, mas se subsidia em processos de subjetivação que não se encerram naquilo que é vislumbrado no próprio texto, que se consolida como um gesto que pode ser reconhecido na prática de leitura, uma vez que a crítica das regulações da vida se realiza, também, com uma variação de nossos próprios modos de nos designarmos e nos compreendermos. Judith Butler (2016) estava atenta à íntima relação entre a instituição do “eu” e o pronome “nós”, quando analisou, em uma textualidade breve destinada ao exercício público da tomada de palavra por uma intelectual, os compromissos da elaboração teórica com a tarefa de tornar as vidas mais vivíveis, principalmente por intermédio do reconhecimento de que a ininteligibilidade de determinados modos de existência dissidentes em relação às normas de gênero precisa ser ultrapassada etica e politicamente. Na textualidade evocada, Butler (2016) busca relacionar a segurança que uma pessoa transgênera sente para atravessar uma rua movimentada ou um estabelecimento comercial sem precisar contar com o acompanhamento de outras pessoas, com sua preocupação e seu interesse, que não precisam ser necessariamente transgêneras. Um direito exercido e honrado, uma conexão entre o “eu” que caminha e o “nós” que se forja, eticamente. Aponta-nos a pensadora:

Cada “eu” traz o “nós” consigo, na medida em que ele ou ela entram ou saem por aquela porta, encontrando-se em um recinto desprotegido ou expostas lá fora na rua. Nós podemos dizer que há um grupo, se não uma aliança, caminhando por lá também, estando ou não em algum lugar visível. É, certamente, uma pessoa singular quem caminha por lá, que se arrisca em caminhar por lá, mas é também a categoria social que atravessa esse jeito de andar particular, esse movimento singular no mundo; e se há um ataque, ele tem como alvo o individual e a categoria social de uma só vez. (BUTLER, 2016, p. 37).

A intervenção da pensadora traz referências múltiplas, inclusive sobre a defesa de uma relação entre a vida e a teoria sem recair na articulação de uma conexão imediatista e talvez perigosa. A situação hipotética de uma deambulação desprotegida e de uma exposição “lá fora na

rua” de modos de existência minoritários conecta-se ao compromisso político de tornarmos a vida mais vivível. Chega a soar irônico que a pensadora tenha sido alvo de manifestações conservadoras no ano de 2017 no Brasil, quando veio para a participação em um seminário sobre os fins da democracia em São Paulo. A pensadora não conseguiu andar desprotegida pelo aeroporto, antes de embarcar para seu voo de volta aos Estados Unidos da América. Em imagens feitas por celulares, vemos uma senhora bradando para que a pensadora voltasse para casa, por não ser bem-vinda ao Brasil. A voz débil da mulher desconhecida torna ainda mais evidente os riscos que corremos por persistirmos na invenção de insuspeitas liberdades, fundamentalmente aquelas que dizem respeito ao alcance do que entendemos por humanidade.

A debilidade da voz desconhecida não tem lugar nos textos estruturados para serem lidos e comentados nas instituições acadêmicas consolidadas. No entanto, o paradoxo de sua debilidade revela um traço incontornável do presente em que nos situamos. A voz débil da personagem desconhecida requisita que novas alianças possam ser testadas, ajudando-nos a esboçar direcionamentos em torno da defesa de deambulação – e, essencialmente, de direito à existência – de pessoas transgêneras pelos aeroportos e pelas lanchonetes de nosso país. Ao mesmo tempo, torna-se parte da dissonância política e moral que dão aos textos um contorno breve, talvez assustador. Essa temporalidade paradoxalmente extrínseca e intrínseca aos textos interrompe a obviedade de qualquer lugar enunciativo. A entoação assumida no texto não é efeito da contingência das tensões vividas fora dos textos, mas se estende ou se oculta em distintas práticas de recepção e de leitura. Nem todos podem dizer “eu”, aqueles e aquelas que usam o pronome podem apenas consolidarem-se em espaços provisórios de segurança e de viabilidade. Entretanto, também podem auxiliar-nos a compreender o pano de fundo político, muitas vezes desesperador, em que textualidades e políticas de enunciação são forjadas. Trata-se de cenas breves, banais, mas tecem uma não fínida espessura ao que encontramos nos textos. Dentro e fora do texto, o “eu” é passagem, parada provisória para uma retomada de deambulação pela cidade. Fora do texto, aquilo que não se tornou texto persiste. No texto, as passagens do eu evocam vestígios do que conseguiremos imaginar e daquilo que precisaremos enfrentar para continuar a andar, pesquisar e viver.

Referências

BENJAMIN, W. **Rua de mão única – infância berlinense**: 1900. Tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BUTLER, J. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. Tradução Gustavo Hessmann Dalaqua. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, n. 22, p. 158-179, jan./jun. 2013.

BUTLER, J. Corpos que ainda importam. In: COLLING, L. (Org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: UFBA, 2016. p. 19-42.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores, Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CORNEJO, G. La guerra declarada contra el niño afeminado: una autoetnografía *queer*. **Íconos – Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 39, p. 79-95, 2011. DOI: <https://dx.doi.org/10.17141/iconos.39.2011.747>

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. São Paulo: Edições Graal, 2010.

FOUCAULT, M. **O belo perigo: conversas com Claude Bonnefoy**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016a.

FOUCAULT, M. **Subjetividade e verdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016b.

GAGNEBIN, J. M. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

PELBART, P. P. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PRECIADO, B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, jan./abr. 2011. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2011000100002>

SCOTT, J. W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História**, São Paulo, v. 16, p. 297-325, jan./jun. 1998.

SEDLMAYER, S. Sobre os restos: infância em Berlim por volta de 1900. **Cadernos Benjaminianos**, Belo Horizonte, n. 4, p. 51-59, ago./dez. 2011. DOI: <https://dx.doi.org/10.17851/2179-8478.0.4.51-59>

ZAMBRA, A. **Formas de voltar para casa**. São Paulo: Cosac & Naif, 2014.

Recebido em 06/02/2018

Versão corrigida recebida em 31/05/2018

Aceito em 01/06/2018

Publicado online em 05/06/2018